

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

AVISO DE PRIVACIDADE

A sua privacidade é muito importante para nós. Dessa forma, desenvolvemos um Aviso de Privacidade que dispõe sobre a maneira como nós obtemos, usamos, divulgamos, transferimos e armazenamos suas informações. Por favor, verifique as nossas práticas de privacidade e nos informe caso tenha quaisquer questionamentos.

O que é um Aviso de Privacidade?¹

Um aviso de privacidade² é um documento público de uma organização que explica como essa organização processa dados pessoais e como aplica os princípios de proteção de dados.

A NOVAFORMA tem o compromisso e respeito pela privacidade de dados pessoais do Titular e busca garantir o sigilo de todas as informações fornecidas pelos fornecedores, prestadores de serviço, usuários, clientes, parceiros de negócios e visitantes em suas dependências e respeitar a **Lei nº. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”)** no âmbito de tratamento de dados, desde a coleta e armazenamento até a eliminação dos dados.

A NOVAFORMA não trata a privacidade como uma ficção e entende que a autodeterminação informativa (Art. 2º II – LGPD), é um direito do Titular de decidirem por si próprio sobre os seus dados, e está aberta para conversa com todos os titulares.

Nosso Aviso de Privacidade de Dados se resguarda ao direito de ser modificada, atualizada e adaptada a qualquer momento, em decorrência de novas funcionalidades e/ou modificações que

¹ GDPR <https://gdpr.eu/privacy-notice/>

² A política de privacidade também pode ser denominada aviso de privacidade, conforme Norma ABNT/NBR/ISO 29184:2021, item 5.3.14: “Quando o aviso ou a política de privacidade referenciada no aviso passam por uma revisão significativa, convém que todas essas revisões sejam preservadas” e Norma ABNT/NBR/ISO 29100:2020 item 4.6: “As políticas de privacidade externas são chamadas de avisos”.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

se façam necessárias para a segurança dos dados do Titular. Sendo assim, solicitamos que a revise com frequência para esclarecimentos e informações atualizadas.

DEFINIÇÕES:

Bases Legais: São as hipóteses legais na LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que autorizam o tratamento de dados pessoais.

Controlador: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como controlador, em seu Art. 5º, inciso VI, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

NOVAFORMA PLASTICOS LTDA - CNPJ 03845190000136

Endereço: Av. Civit , 497, Civit I Serra – ES CEP 29168045.

Operador: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como operador, em seu Art. 5º, inciso VII, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Sendo-lhes facultada apenas a definição de elementos não essenciais à finalidade do tratamento. O operador deve ser uma entidade distinta, isto é, que não atua como profissional subordinado a este ou como membro. Art. 39. Deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Não são considerados controladores ou operadores os indivíduos subordinados, tais como as pessoas funcionárias, as servidoras ou os servidores ou as equipes de trabalho de uma organização, já que atuam sob o poder diretivo do(a) agente de tratamento.³

Suboperador: Muito embora não exista um conceito de suboperador na LGPD, o tema pode ser utilizado como parâmetro de análise para compreensão de cadeias mais complexas de tratamento de dados

³ GUIA ORIENTATIVO APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

DADOS PESSOAIS:⁴ OU “DADOS”:

Dados Pessoais: são informações relativas a uma pessoa viva, identificada ou identificável e eles são: Diretos, Indiretos e Sensíveis.

Dados Pessoais Diretos: Identifica diretamente a pessoa: RG, CPF, Título Eleitoral, Nome, Apelido, Foto.

Dados Pessoais Indiretos: Necessitam de mais informações para identificar: Placa de Carro, IP, gostos, hábitos, profissão, telefone, geolocalização, endereço físico, comportamento.

Dados Pessoais Sensíveis: Origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação à sindicato, associação de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Atributos Biométricos - características biológicas e comportamentais mensuráveis da pessoa natural que podem ser coletadas para reconhecimento automatizado, tais como a palma da mão, as digitais dos dedos, a retina ou a íris dos olhos, o formato da face, a voz e a maneira de andar; Art. 2º, inciso II do Decreto 10.046/2019. *Atributos genéticos e biométricos, por definição legal, constituem dados pessoais sensíveis.*

(i) Atributos biográficos - dados de pessoa natural relativos aos fatos da sua vida, tais como nome civil ou social, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, sexo, estado civil, grupo familiar, endereço e vínculos empregatícios;

(ii) Atributos biométricos - características biológicas e comportamentais mensuráveis da pessoa natural que podem ser coletadas para reconhecimento automatizado, conforme Art. 2º, inciso II do Decreto 10.046/2019;

⁴ ABNT/NBR/ISO 29100:2020 item 4.4.2: Qualquer atributo que assuma um valor que identifique exclusivamente um titular de DP é considerado

uma característica distintiva.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

(iii) Atributos genéticos - características hereditárias da pessoa natural, obtidas pela análise de ácidos nucleicos ou por outras análises científicas;

Dados Biométricos: Digital, Voz, Íris, Retina, Assinatura (Escrita), Palma da Mão, Odor, Face e/ou Foto, Vasos Sanguíneos, DNA, Ritmo de Digitação, Batimento Cardíaco, Arcada dentária, Comportamento, Modo de andar.

Dados Públicos: É importante considerar, também, que dados pessoais tornados manifestamente públicos pela pessoa titular não deixam de ser protegidos pela LGPD. O tratamento desses dados deve respeitar os direitos e as legítimas expectativas da pessoa titular, além de observar os princípios previstos na LGPD, tais como finalidade, adequação, necessidade e transparência⁵

Suboperador: Muito embora não exista um conceito de suboperador na LGPD, o tema pode ser utilizado como parâmetro de análise para compreensão de cadeias mais complexas de tratamento de dados.

Encarregado (A) Pelo Tratamento De Dados Pessoais: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como encarregado, em seu Art. 5º, inciso VIII, a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

Titular Dos Dados Pessoais: é qualquer pessoa física identificada ou identificável a quem se refere os dados pessoais tratados, por exemplo, nossos clientes, consumidores e parceiros.

Considera-se “**tratamento de dados**” qualquer atividade que utilize um dado pessoal na execução da sua operação, como, por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento,

⁵ GUIA ORIENTATIVO APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. Essas operações de tratamento são destacadas a seguir:

- **Acesso**⁶ - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como a possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- **Armazenamento** - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- **Arquivamento** - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- **Avaliação** - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;
- **Classificação** - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- **Coleta** - recolhimento de dados com finalidade específica;
- **Comunicação** - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- **Controle** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- **Difusão** - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
- **Distribuição** - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- **Eliminação** - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- **Extração** - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- **Modificação** - ato ou efeito de alterar o dado;
- **Processamento** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- **Produção** - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- **Recepção** - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- **Reprodução** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- **Transferência** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- **Transmissão** - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos, etc.;
- **Utilização** - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

⁶ Glossário De Segurança Da Informação <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-93-de-26-de-setembro-de-2019-219115663> Decreto 93/2019

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

Coleta: Coleta, produção, recepção, Retenção: Arquivamento, Armazenamento, Processamento: Classificação, utilização, reprodução, processamento, avaliação, controle, extração, modificação, Compartilhamento: transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão, Eliminação: Eliminação, exclusão

PRINCÍPIOS:

1. Finalidade;
2. Adequação;
3. Necessidade;
4. Livre acesso;
5. Qualidade dos dados;
6. Transparência;
7. Segurança;
8. Prevenção;
9. Não discriminação e
10. Responsabilização e prestação de contas.

REFERÊNCIA LEGISLATIVA (LGPD)	PRINCÍPIO	FUNDAMENTOS DOS TITULARES DE DADOS QUE DECORREM DOS PRINCÍPIOS
Art. 6º, I	Finalidade	Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades
Art. 6º, II	Adequação	Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento
Art. 6º, III	Necessidade	Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados
Art. 6º, IV	Livre acesso	Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais
Art. 6º, V	Qualidade dos dados	Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento
Art. 6º, VI	Transparência	Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

Art. 6º, VII	Segurança	Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão
Art. 6º, VIII	Prevenção	Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais
Art. 6º, IX	Não discriminação	Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos /Direito de não ser discriminado de forma ilícita ou abusiva
Art. 6º, X	Responsabilização e prestação de contas	Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas

FINALIDADES

- Bem-estar do Colaborador e visitante: Coletamos os dados para garantir segurança para entrada e saída dos Colaboradores, fornecedores, colaboradores e prestadores de serviços.
- Melhor experiência e para aprimorar o produto e/ou serviço oferecido, facilitar, agilizar e cumprir os compromissos estabelecidos entre o usuário e a empresa.
- Coletamos dados para cumprimento de obrigações estabelecidas no Art. 135, Código Penal. - Decreto Lei Nº 2.848/1940: Prestação de socorro a qualquer pessoa dentro do espaço da Novaforma:
- Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública:
- Coletamos dados para cumprimento de obrigações estabelecidas no Código Brasileiro de Transito
- Melhorias da plataforma: compreender como o usuário utiliza os serviços da plataforma, para ajudar no desenvolvimento de negócios e técnicas ou para ajudá-lo a resolver um problema ou dúvidas em relação a alguma atividade com a Novaforma.
- O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Aviso de Privacidade somente ocorrerá mediante o consentimento prévio do usuário, de modo que os direitos e obrigações aqui previstos permanecem aplicáveis.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

- Nós nos resguardamos em utilizarmos o legítimo interesse para um melhor bem-estar do titular e garantir vantagens quando concluímos que há significativo interesse para o tratamento dos seus dados pessoais para o desenvolvimento das nossas atividades, desde que esse tratamento gere algum tipo de benefício ao Titular de dados.
- O cumprimento de obrigação legal: cumprimento pela controladora de obrigações impostas por órgãos de fiscalização, tais como cumprimento de ordem judicial ou requerimento administrativo.

DIREITOS DO TITULAR

Além de acompanhar e participar, o titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II - Art. 9º):** é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais
- **Direito de retificação (Art. 18, inciso III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV):** é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Como Titular de dados você também pode editar seu cadastro, alterando campos de informações ou em alguns casos você pode deixar campos de informações em branco deixando assim de passar algumas informações, desde que elas não sejam necessárias em alguns procedimentos, ou a qualquer momento você pode eliminar informações

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PÚBLICA	Revisão: 26/09/2024

fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, inciso V):** é o direito do titular de dados de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Deve-se levar em conta que os direitos acima mencionados estão sujeitos a certas limitações, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

Dados essenciais para a atividade para realização das atividades da Novaforma, sua exclusão pode afetar a oferta de serviços e acessos a serviços e a aplicativos;

A Portabilidade de Dados dependerá da compatibilidade dos sistemas envolvidos, podendo ser impossível sua execução, contudo e entregaremos a você um documento contendo todos seus dados em formato comum (doc, txt ou xls), para que os utilize no preenchimento dos dados de outro Controlador/Operador da portabilidade.

Dados armazenados para fins de segurança, antifraude, controle e auditoria, não poderão ser portados; Nós, da Novaforma, nos resguardamos no direito de entrar em contato com o titular, caso seja preciso confirmar sua identidade, antes de responder ao seu pedido, e nos esforçaremos a atendê-lo dentro de um prazo razoável (e em qualquer período ou evento requerido por lei) e não se limitando ao nome completo, CPF e telefone. Também pode ser necessário envio de documentação necessária para apoiar o pedido e para processar a solicitação. Alguns dados em que a Hipótese de tratamento que foi utilizado a Base Legal foi

Execução de Contratos, Obrigações Legais, não poderão ser Atualizados, Anonimizados, Bloqueados ou eliminados, somente dados em que foi utilizado o Consentimento;

A execução de Contrato permite ao Titular, a confirmação da existência, acesso aos dados, temporalidade e forma de tratamento.

OUTROS DIREITOS DO TITULAR

Art. 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 13º, 15º, 16º, 20º, 21º, 22º

º		REFERÊNCIA LEGISLATIVA (LGPD)	
1	Direito de condicionar o tratamento de dados ao prévio consentimento expresso, inequívoco e informado do titular, salvo as exceções legais	Arts. 7º, I, e 8º	Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.
2	Direito de exigir o cumprimento de todas as obrigações de tratamento previstas na lei, mesmo para os casos de dispensa de exigência de consentimento	Art. 7º, § 6º	Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 6º A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
3	Direito à inversão do ônus da prova quanto ao consentimento	Art. 8º, § 2º	Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 2º Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei.
4	Direito de requerer a nulidade de autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais	Art. 8º, § 4º	Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
5	Direito de requerer a nulidade do consentimento caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou, ainda, não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca	Art. 9º, § 1º	Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso: § 1º Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular

			tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca
6	Direito de requerer a revogação do consentimento a qualquer tempo, mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado	Art. 8º, § 5º	<p>Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.</p> <p>§ 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei.</p>
7	Direito de revogar o consentimento caso o titular discorde das alterações quanto ao tratamento de dados, seja na finalidade, forma e duração do tratamento, alteração do controlador ou compartilhamento	Arts. 8º, § 6º e 9º, § 2º	<p>Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.</p> <p>§ 6º Em caso de alteração de informação referida nos incisos I, II, III ou V do art. 9º desta Lei, o controlador deverá informar ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações, podendo o titular, nos casos em que o seu consentimento é exigido, revogá-lo caso discorde da alteração.</p> <p>Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados § 2º Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.</p>
8	Direito de acesso facilitado ao tratamento de dados, cujas informações devem ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de (entre outras): finalidade específica do tratamento; forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial; identificação do controlador; informações de contato do controlador; informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador; finalidade,	Art. 9º	<p>Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:</p>

	responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento e direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18		
9	Direito de ser informado sobre aspectos essenciais do tratamento de dados, com destaque específico sobre o teor das alterações supervenientes no tratamento	Art. 8º, § 6º	Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 6º Em caso de alteração de informação referida nos incisos I, II, III ou V do art. 9º desta Lei, o controlador deverá informar ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações, podendo o titular, nos casos em que o seu consentimento é exigido, revogá-lo caso discorde da alteração.
10	Direito de ser informado, com destaque, sempre que o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço, ou, ainda, para o exercício de direito, o que se estende à informação sobre os meios pelos quais o titular poderá exercer seus direitos	Art. 9º, § 3º	Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso: § 3º Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer os direitos do titular elencados no art. 18 desta Lei.
11	Direito de ser informado sobre a utilização dos dados pela administração pública para os fins autorizados pela lei e para a realização de estudos por órgão de pesquisa	Art. 7º, III e IV	Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei; IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
12	Direito de que o tratamento de dados pessoais cujo acesso é público esteja adstrito à finalidade, à boa-fé e ao interesse público que justificaram sua disponibilização	Art. 7º, § 3º	Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei; IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa,

			garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
13	Direito de condicionar o compartilhamento de dados por determinado controlador que já obteve consentimento a novo e específico consentimento. No caso da Administração Pública Federal (APF), em que o tratamento é embasado nas hipóteses de dispensa de consentimento original, o compartilhamento demandará uma nova justificativa de tratamento	Art. 7º, § 5º	Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei.
14	Direito de ter o tratamento de dados limitado ao estritamente necessário para a finalidade pretendida quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador	Art. 10, § 1º	Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: § 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.
15	Direito à transparência do tratamento de dados baseado no legítimo interesse do controlador	Art. 10, § 2º	Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a: § 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.
16	Direito à anonimização dos dados pessoais sensíveis, sempre que possível, na realização de estudos por órgão de pesquisa	Art. 11, II, c	Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
17	Direito de ter a devida publicidade em relação às hipóteses de dispensa de consentimento para: tratamento de dados sensíveis no cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; ou tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos	Art. 11, § 2º	Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: § 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso II do caput deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei.

18	Direito de impedir a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde, com o objetivo de obter vantagem econômica (exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular)	Art. 11, § 4º	Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: § 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nas hipóteses relativas a prestação de serviços de saúde, de assistência farmacêutica e de assistência à saúde, desde que observado o § 5º deste artigo, incluídos os serviços auxiliares de diagnose e terapia, em benefício dos interesses dos titulares de dados, e para permitir:
19	Direito de que os dados pessoais sensíveis utilizados em estudos de saúde pública sejam tratados exclusivamente dentro do órgão de pesquisa e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas	Art. 13	Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.
20	Direito de não ter dados pessoais revelados na divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa sobre saúde pública	Art. 13, § 1º	Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. § 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.
21	Direito de não ter dados pessoais utilizados em pesquisa sobre saúde pública transferidos a terceiros pelo órgão de pesquisa	Art. 13, § 2º	Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

			<p>§ 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no caput deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.</p>
22	Direito ao término do tratamento, quando verificado que: (i) a finalidade foi alcançada ou que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada; (ii) houve o fim do período de tratamento; (iii) houve comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, conforme disposto no § 5º do art. 8º da Lei e resguardado o interesse público; ou (iv) por determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na Lei	Art. 15	Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:
23	Direito à eliminação ou ao apagamento dos dados, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo autorizada a conservação somente nas exceções legais	Art. 16	Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
24	A relação aos dados do titular por ele tratados	Art. 18	Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição: I - confirmação da existência de tratamento; II - acesso aos dados; III - correção de dados; IV - anonimização, bloqueio ou eliminação; V - portabilidade dos dados; VI - eliminação dos dados; VII - entidades com as quais os dados foram compartilhado; VIII - possibilidade de não fornecer consentimento;
25	A Confirmação de existência e acesso aos dados e poderão ser fornecidos, a critério do titular:	Art. 19	Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular: I - em formato simplificado, II - por meio de declaração clara e completa,
26	Revisão de decisões automatizadas	Art 20	O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade
27	Direito de não ser prejudicado	Art. 21	Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

28	Requerer seus direitos em Juízo de forma Individual ou Coletivo.	Art. 22	A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.
29	Segurança e Sigilo dos Dados	Art 46	Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados

COMO EXERCER SUAS DIREITOS

Solicitações sobre quais dados pessoais estão sendo tratados ou dúvidas em relação ao Aviso de Privacidade, aos aspectos relacionados e ao uso de dados pessoais, poderão ser exercidos através do canal de contato:

Endereço: Av. Civit , 497, Civit I Serra – ES CEP 29168045.

E-mail: dpo@novaformapvc.com.br

Thiago Portugal

Oficial de Proteção de Dados Pessoais
Consultor e Auditor em LGPD
TPS CONSULT

Wendel Babilon

Oficial de Proteção de Dados Pessoais
Consultor e Auditor em LGPD
WOB Auditoria e Consultoria em LGPD

Por questões de segurança, ao exercer seus direitos a NOVAFORMA poderá entrar em contato com o Titular para validação e comprovação de informações fornecidas antes de passar qualquer dado.

Sempre que um pedido for submetido sem o fornecimento das provas necessárias a comprovação da legitimidade do titular dos dados, o pedido será automaticamente rejeitado.

Você pode descobrir mais sobre seus direitos de proteção de dados e as isenções que podem ser aplicadas no site da ANPD – [Perguntas](#)

QUAIS INFORMAÇÕES PESSOAIS TRATAMOS

Quando você se inscrever, através do nosso Serviço, para ser um usuário registrado da NOVAFORMA, coletamos os dados abaixo: E-mail, senha, Nome Completo, CPF, Data Nascimento, CEP, Endereço Completo, Observações.

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

HIPOTESE DE TRATAMENTO PARA USO DOS DADOS Art. 7º Art. 9º Art. 23

DADOS	HIPOTESE DE TRATAMENTO
Nome completo;	Execução de Contrato / Proteção da Vida do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança - Investigar atividade suspeitas
Data de nascimento;	Execução de Contrato / Proteção da Vida do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança
CPF;	Execução de Contrato / Proteção da Vida do Titular / Prevenção a Fraude
Endereço de e-mail;	Execução de Contrato / Prevenção a Fraude e a Segurança
Endereço;	Execução de Contrato / Proteção da Vida do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança
Número de telefone;	Execução de Contrato / Proteção da Vida do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança / Contato e envio de informativos
Dados do dispositivo;	Obrigação Legal / Proteção da Vida e Integridade do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança
Registro de acesso;	Obrigação Legal / Prevenção a Fraude e a Segurança / Investigar atividade suspeitas /
Senhas	Prevenção a Fraude e a Segurança / Investigar atividade suspeitas /
Tipo de Cadastro	Prevenção a Fraude e a Segurança do Titular e de Outros / Investigar atividade suspeitas
Tipo de Pessoa	Prevenção a Fraude e a Segurança do Titular e de Outros/ Investigar atividade suspeitas

Se você decidir se inscrever, através do nosso Serviço, se logando em um serviço de rede social, você estará utilizando as informações pessoais que já forneceu ao serviço de rede social, para ser um usuário registrado NOVAFORMA. As informações obtidas, dependem das suas configurações de privacidade junto ao serviço de rede social. Por exemplo, ao utilizar o Facebook para se inscrever, você estará permitindo que a NOVAFORMA acesse as informações pessoais em sua conta do Facebook.

RECRUTAMENTO

O recrutamento é essencial para determinar o sucesso de uma empresa, visa atrair candidatos para vagas de emprego. O objetivo é encontrar o profissional certo para um cargo específico, o que é fundamental para realizar contratações de sucesso. O recrutamento pode ser feito para vagas disponíveis no momento ou para vagas de banco de talentos. Recrutar os talentos certos pode significar melhores resultados.

TRATAMENTO DE DADOS**Coletamos suas informações dos seguintes lugares:**

- Diretamente de você (site ou CLT);
- Agência de emprego;
- Escolas, faculdades, universidades ou outras organizações educacionais;
- Provedores de autorização de segurança;
- Saúde Ocupacional e outros prestadores de saúde;
- Portaria;
- Provedores de benefícios para funcionários;
- Fontes públicas (por rede sociais, LinkedIn ou outros sites);
- Imagens de CFTV ou outras gravações.

TRATAMENTO REALIZADO E FINALIDADE - Art. 7º Art. 9º Art. 23

DADOS CADA	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo;	•Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Autenticar e/ou Provar a Identificação do Titular / Proteger a segurança ou integridade / Prevenção da Fraude / Contato e Comunicação / Obrigações legais / Segurança - Investigar atividade suspeitas
Data de nascimento;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Autenticar e/ou Provar a Identificação do Titular / Validação de Idade para uso da Plataforma
CPF;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Identificação / Segurança / Melhorar e personalizar a experiência do usuário / Auditoria de Acessos – Art. 37 LGPD / Prevenção da Fraude / Obrigações legais / Segurança - Investigar atividade suspeitas
Endereço de e-mail;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Contato e envio de promoções – Newsletters / Pesquisa de Satisfação / Envio de Atualização do Aviso de Privacidade / Durante o processo de recuperação da conta / informá-lo sobre a situação dos seus pedidos
Endereço;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Processar e enviar produtos adquiridos / Comprovação de entrega
Número de telefone;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Contato e envio de promoções / Prevenção a Fraude e a Segurança / Validação de Informações sobre endereço – Newsletters / Pesquisa de Satisfação / informá-lo sobre a situação dos seus pedidos
Dados do dispositivo;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Obrigações Legais / Proteção da Vida e Integridade do Titular / Prevenção a Fraude e a Segurança

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

Registro de acesso;	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Identificação / Segurança / Melhorar e personalizar a experiência do usuário / Auditoria de Acessos – Art. 37 LGPD / Prevenção da Fraude
Senhas	•Armazenamento •Coleta •Controle •Eliminação •Processamento	Segurança / Auditoria de Acessos – Art. 37 LGPD / Prevenção da Fraude / Proteção do Titular / Autenticação e Prevenção a Fraude / Investigar atividade suspeitas
Tipo de Cadastro	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Autenticar e/ou Provar a Identificação do Titular
Tipo de Pessoa	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Autenticar e/ou Provar a Identificação do Titular
Mensagem	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Controle / Identificação / Segurança / Auditoria de Acessos – Art. 37 LGPD / Prevenção da Fraude / Obrigações legais / Segurança - Investigar atividade suspeitas / Comunicação com o Titular
Foto	Acesso •Armazenamento •Utilização •Classificação •Coleta •Comunicação •Controle •Distribuição •Eliminação •Processamento •Recepção •Transmissão	Controle / Identificação / Segurança / Auditoria de Acessos – Art. 37 LGPD / Prevenção da Fraude / Obrigações legais / Segurança - Investigar atividade suspeitas / Comunicação com o Titular

Quando Funcionário

DADOS		BASE LEGAL
Cadastrais/Contabilidade / Financeiro	<p>Documentos usados ou relevantes para contas anuais da empresa, notas fiscais, recibos e declarações de fornecedores, orçamentos e relatórios financeiros internos periódicos, registros fiscais corporativos, registros de folha de pagamento e salário (incluindo detalhes sobre horas extras, bônus, despesas e benefícios em espécie), despesas de viagem e subsistência para funcionários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função e contrato de trabalho • Despesas, horas extras ou outros pagamentos reivindicados • Licença (por exemplo, licença médica, feriadões ou licença especial) • Licença-maternidade, paternidade, parentalidade partilhada e adoção e remuneração • Detalhes da pensão • Detalhes da conta bancária • Registros de folha de pagamento • Situação fiscal • Filiação sindical • Informações de saúde 	<p>Código Tributário Nacional, Art. 173</p> <p>Cumprir obrigação legal, compartilhando com terceiros e autoridades, quando requisitado e necessário.</p> <p>Origem racial ou étnica - Cumprimento de obrigação legal e regulatória educacionais.</p>

Registros fiscais	Comprovante de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção na Fonte; Contratos de seguros de bens – documentos originais; Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos – DECORE; Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF; Declaração de Imposto de Renda – DIRF; Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias – DIMOB; Declaração de Informações Econômico- Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ; Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – DACON; Demonstrativo de Notas Fiscais – DNF; Demonstrativo do Crédito Presumido – DCP; Documentos, papéis de trabalho, relatórios	Código Tributário Nacional, Art. 173, 174 e 195
Registros fiscais (Contribuição Social)	Documentos relacionados a contribuições sociais.	Decreto-Lei nº 2.052/1983, Arts. 3 e 10
Segurança e Acesso Sistemas de Vigilância ou Circuitos Internos de TV são	Gravações de câmeras de segurança, base de crachás, registros de acessos às dependências da empresa, fotografias, digitais, Monitoramento do uso de TI pelos funcionários.	Código Civil, Art. 205 Identificação, autenticação, segurança através de monitoramento. Identificar para acesso aos ambientes físicos.
Registros de Recrutamento e Seleção	Currículos, registros de entrevista, testes psicológicos qualificações e resultados, Data de nascimento, Detalhes do parente mais próximo ou contato de emergência, Histórico educacional, Registros de desempenho.	Código Civil, Art. 206, §3º, V
Registros de Empregados	<p>Currículos e registros de entrevistas de empregados, qualificações / referências, relatórios de avaliação anual, contratos de emprego, histórico de trabalho, cartas de renúncia, rescisão e/ou aposentadoria, registros de folha de pagamento e salário e despesas de subsistência (incluindo horas extras, bônus, despesas e benefícios em espécie), registros anuais de licenças, Questões disciplinares e procedimentos de reclamação, Pesquisas de equipe e planos de ação associados, Fotografias de funcionários que deixaram a empresa.</p> <ul style="list-style-type: none">• RG;• CPF;• Telefone/Celular;• Data de Nascimento;• Número de Inscrição no INSS;• Sexo;• Nacionalidade;• Nome da Mãe;• Nome do Pai;• Data de Nascimento;• E-mail;• Endereço Completo;• Currículo;• Exames Admissionais, Periódicos e Demissionais;• Carteira de Trabalho – CTPS	<p>Constituição Federal, Art. 7, XXIX e CLT, Art. 11</p> <p>Cumprir obrigação legal, compartilhando com terceiros e autoridades, quando requisitado e necessário.</p> <p>Origem racial ou étnica - Cumprimento de obrigação legal e regulatória educacionais</p> <p>Eventos institucionais, acervo histórico, uso institucional, educativo e social.</p> <p>Atendimento especial em processo seletivo.</p>

	<ul style="list-style-type: none">• Dados Bancários para fins de cumprimento com os encargos salariais;• Certidão de Casamento;• Certidão de Nascimento dos filhos• Origem racial ou étnica	
Registros Médicos de Empregados	<p>Registros relacionados à saúde do empregado, incluindo prontuários médicos, laudos médicos, receitas médicas, atestados ocupacionais (ASO), atestados médicos, exames médicos, termos de consentimento, comunicações de acidentes de trabalho, registros relacionados a acidentes de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none">• Informações gerais sobre saúde e bem-estar• Encaminhamentos e relatórios de saúde ocupacional• Formulários de licença médica ou atestados de aptidão física (por exemplo, Declaração de aptidão para o trabalho de um médico de família ou hospital)• Registros de acidentes de trabalho• Necessidades de acesso ou ajustes razoáveis	<p>NR7, Art. 7.4.5.1</p> <p>Atendimento às políticas públicas. Atendimentos emergenciais e ambulatoriais. Proteção da vida e da saúde</p> <p>Atendimento especial em processo seletivo.</p>
Registros Previdenciários	Registros de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e documentos relacionados, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	NR7, Art. 7.4.5.1
Filiação Sindical	Registros relacionados a sindicatos, conselhos de classe e associações (atas de participação, reclamações, acordos etc.)	Constituição Federal, Art. 7, XXIX e CLT, Art. 11
Aposentadoria / Fundos de Pensão	Registros relacionados a aposentadoria, fundos de pensão, planos de aposentadoria, relatórios sobre aposentados, relatórios de avaliação de aposentadoria e fundos de pensão	Constituição Federal, Art. 7, XXIX e CLT, Art. 11
Aposentadoria / Fundos de Pensão	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - depósitos e documentos relacionados	Lei nº 8.036/1990, Art. 23, §5
Controle de Treinamento	<p>Registro de obrigações legais e legítimo interesse. Nome; E-mail, Data de nascimento; Registro, Profissional, Funções, Cargo, Assinatura/Biometria, Fotografia;</p> <p>Art 7º II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do Controlador.</p> <p>Art 41º III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.</p>	LGPD- Art 7º II - Art 41º III
E-Social – CAT	Nome; Data de nascimento; RG; CPF; Sexo; Registro Profissional; Cargo; Data de Admissão; Assinatura/Biometria; Fotografia; Atestado Médico; Função; Exames Realizados; Resultado dos Exames;	Investigação e comunicação de acidente de trabalho

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

As imagens geradas por **Sistemas de Vigilância ou Circuitos Internos de TV** são protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Lei Nº 13.709/2018 e pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 no seu artigo 5º X, pelo Código Civil - Lei no 10.406/2002 Art. 20, pelo Código Penal - Decreto-Lei no 2.848/1940 Art. 218-C e somente podem ser solicitadas e divulgadas de forma específicas e para o cumprimento de obrigação legal ou para comprovar danos materiais ou conflito no condomínio. Seu acesso deverá ser discreto sem expor nenhum titular, sua honra, vida ou privacidade. Sempre que possível na presença do responsável, conselheiro ou pelo Gestor das imagens.

Caso a NOVAFORMA entenda que o acesso as imagens ofereçam algum risco ou perigo a algum Titular as imagens poderão ser enviadas (Acautelamento) para autoridade policial do local para definir o acesso dos envolvidos.

A NOFAVORMA não priva seus titulares de acesso as imagens, porem preza pela privacidade e segurança de todos.

É proibido acesso para fins pessoais as imagens.

COOKIES E OUTRAS TECNOLOGIAS

Na NOVAFORMA os serviços online, os aplicativos interativos, as mensagens de e-mail e o material publicitário poderão usar "cookies" e outras tecnologias tais como pixel tags e web beacons. Essas tecnologias nos ajudam a entender melhor o comportamento do usuário, nos dizem quais partes de nosso site as pessoas visitaram e facilitam e medem a eficácia da publicidade e das pesquisas na web. Nós tratamos as informações obtidas por meio de cookies e outras tecnologias como informações não pessoais. Entretanto, na medida em que o endereço de IP (Internet Protocol) ou identificadores semelhantes sejam considerados informações pessoais pela lei local, nós também trataremos esses identificadores como informação pessoal.

É de sua livre escolha a qualquer tempo e sem nenhum custo, alterar as permissões, bloquear ou recusar os Cookies. Você também pode configurá-los caso a caso. Todavia, o bloqueio de

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PÚBLICA	Revisão: 26/09/2024

alguns tipos de cookies pode afetar sua experiência no website e os serviços que podemos oferecer.

Para obter mais informações sobre como desabilitar cookies ou gerenciar as configurações de cookies em seu navegador, consulte a seguinte lista:

- SE USA O [INTERNET EXPLORER](#)
- SE USA O [FIREFOX](#)
- SE USA O [SAFARI](#)
- SE USA O [GOOGLE CHROME](#)
- SE USA O [MICROSOFT EDGE](#)
- SE USA O [OPERA](#)

A NOVAFORMA e os seus parceiros também usam cookies e outras tecnologias para lembrarem informações pessoais quando você usa o site, serviços online e aplicativos. A nossa meta nesses casos é fazer com que a sua experiência com a NOVAFORMA seja mais conveniente e personalizada. Por exemplo, saber o seu primeiro nome nos permite dar boas-vindas a você na próxima vez em que você acessar. Conhecer seu país e idioma nos permite viabilizar a você uma experiência de compras personalizada e mais útil. Saber que alguém usando o seu computador ou dispositivo adquiriu determinado produto ou usou um determinado serviço permite fazer com que sua publicidade e comunicações de e-mail sejam mais relevantes para os seus interesses.

Como ocorre na maioria dos sites, nós obtemos algumas informações automaticamente e armazenamos em arquivos de log. Entre essas informações estão endereços IP, tipo de navegador e idioma, provedor de serviços de Internet (ISP), páginas de consulta e saída, sistema operacional, informações sobre data e horário e dados sobre a sequência de cliques.

Em algumas de nossas mensagens de e-mail, nós usamos uma "URL click-through" vinculada ao conteúdo do site da NOVAFORMA. Quando os clientes clicam em uma dessas URLs, os usuários são enviados para um servidor web diferente antes de chegarem à página de destino no nosso site. Nós monitoramos esses dados de click-through para entender o interesse em determinados tópicos e avaliar a eficácia das comunicações com os nossos clientes. Se você

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PÚBLICA	Revisão: 26/09/2024

preferir não ser monitorado dessa maneira, não clique em texto nem nos links de imagens nas mensagens de e-mail.

Os pixel tags nos permitem enviar mensagens de e-mail em formatos que os clientes possam ler e nos dizer se o e-mail foi aberto ou não. Nós podemos usar essas informações para reduzir ou eliminar as mensagens enviadas aos clientes.

A qualquer momento, caso não queira mais receber futuros contatos via e-mail formato newsletter, basta acessar o link de descadastramento no e-mail.

POLÍTICA REFERENTE A DADOS COLETADOS PELO GOOGLE

NOVAFORMA utiliza a Publicidade de Visualização do Google, e implementa a funcionalidade de Remarketing para anunciar online. Desta forma, fornecedores terceiros, incluindo o Google, mostram os nossos anúncios em Websites na Internet.

NOVAFORMA s utiliza, assim como os fornecedores terceiros, incluindo o Google, cookies originais (como o cookie do Google Analytics) e cookies de terceiros (como o cookie DoubleClick) em conjunto para informar, otimizar e publicar anúncios com base nas visitas passadas de alguém ao seu Website.

Os visitantes podem excluir a Publicidade de Visualização do Google Analytics e personalizar anúncios na Rede de Display da Google com o Gestor das Preferências de Anúncios. Assim como podem também fazer o download da extensão do navegador para desativar o Google Analytics.

DIVULGAÇÃO PARA TERCEIROS

Usuários da NOVAFORMA. Quando você se inscreve no Serviço e submete informações pessoais para criar um perfil ou coleção visual, outros usuários verão seu nome e foto. Se você optou por fornecer informações pessoais adicionais em seu perfil, usuários da NOVAFORMA verão tais informações adicionais, incluindo, mas não se limitando a, localização, site e

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

informações biográficas. Fornecer informação adicional é opcional. Nós recomendamos que você proteja e não divulgue qualquer informação que você considere sensível ou confidencial.

Prestadores de Serviço. Nós podemos utilizar empresas terceirizadas e indivíduos para facilitar nosso Serviço, prover o Serviço em nosso nome, executar atividades relacionadas ao Serviço, incluindo, mas não se limitando a, manutenção dos serviços, gerenciamento de banco de dados, análise de dados e melhoria de funcionalidades, ou nos auxiliam em analisar como o nosso Serviço é usado. Essas empresas ou indivíduos têm acesso as informações para executar tarefas em nosso favor e são obrigados a não usar ou divulgar tais informações para nenhuma outra finalidade.

Serviços de Redes Sociais. Nós podemos divulgar informações de sua conta na NOVAFORMA (incluindo informações pessoais) para o serviço de rede social ligado à sua conta na NOVAFORMA. Nós permitimos que os Usuários conectem suas contas de serviços de redes sociais aos nossos Serviços. Os usuários poderão então postar atividades recentes em nossos serviços de volta para suas contas de redes sociais. Se você não quiser mais postar suas atividades em sua conta de rede social, poderá fazê-lo a qualquer momento, alterando as suas preferências.

A NOVAFORMA por obrigação de lei, processo, litígio e/ou determinações de autoridades públicas ou governamentais dentro ou fora do país em que você reside, a divulgar suas informações pessoais. Nós também poderemos divulgar informações sobre você se entendermos que essa divulgação tem por finalidade a segurança nacional, exigência legal ou outros assuntos de importância pública ou quando a divulgação for necessária ou apropriada. Nós também divulgamos informações sobre você, quando é funcionário Novaforma, para execução de contrato ou se entendermos que a divulgação é razoavelmente necessária para fazer valer nossos termos e condições ou proteger nossas operações ou usuários.

Temos um relacionamento de **CONTROLADOR CONJUNTO** com plano de saúde, odontológico, alimentação e outros.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

Processamos suas informações pessoais com esse controlador conjunto pelo seguinte motivo: Oferta de benefícios e execução de contrato do qual o Titular (Funcionário) faz parte. O titular ao fazer uso dos serviços estará gerando novos dados obrigados por lei e com temporalidade diferente da contratada pela Novaforma.

Exigimos que estes prestadores ajam em conformidade com a LGPD, utilizem os dados exclusivamente para as finalidades que foram contratadas e que cuidem especialmente da confidencialidade e integridade destes dados.

Todos os nossos fornecedores e parceiros devem, de alguma forma, comprovar sua política de segurança e que praticam a Cultura de Proteção de Dados em todo o ciclo de vida.

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)
- g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

A NOVAFORMA toma precauções, entre elas medidas administrativas, técnicas e físicas, para proteger as suas informações pessoais contra perda, roubo, uso indevido, bem como contra acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

INTEGRIDADE E RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS

A NOVAFORMA com intuito de atender os artigos, 15º, 16º e 40º da Lei Geral de Proteção de Dados, irá manter os dados enquanto relevantes ou para fins de segurança, proteção e integridade. Após o período em que os dados pessoais não precisem permanecer armazenados, estes serão excluídos de nossas bases de dados ou anonimizados, respeitando as hipóteses legalmente previstas no art. 16º da LGPD. Isto é, informações pessoais que sejam necessárias para o cumprimento de determinações legais, judiciais e administrativas e/ou para o exercício do direito de defesa em processos judiciais e administrativos serão mantidas, apesar da exclusão dos demais dados.

DIRECIONAMENTO A OUTROS SITES E SERVIÇOS

Nosso Serviço contém links para outros websites e serviços online terceiros (<https://loja.novaformabrasil.com.br/>). Se você escolher visitar outro website ou serviço online clicando em um link, você será redirecionado para o website ou serviço online terceiro. O fato de direcionarmos para um website ou serviço online não é um endosso, autorização ou representação de afiliação a esse terceiro, nem é um endosso de suas políticas ou práticas de privacidade ou segurança da informação. Nós não exercemos controle sobre websites e serviços online terceiros e o aconselhamos a ler as políticas de privacidade e termos de uso antes de prover qualquer informação ou usar outros websites ou serviços.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A NOVAFORMA não coleta e nem trata dados de Crianças e Adolescentes através do site.

Se tomarmos conhecimento de que obtivemos informações pessoais de uma criança menor de 13 anos, tomaremos as medidas para excluir tais informações o mais breve possível.

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

Tratamos dados de crianças e adolescentes para execução de contrato com o titular para incluir seus dependentes em plano de saúde, odontológico, Menor aprendiz e outro que o titular faça parte.

ARCABOUÇO LEGAL:

São aplicáveis ao tratamento de dados as seguintes políticas, leis e normativos:

- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Lei n.º 12.965/2014.- Marco Civil da Internet –
- Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e Adolescente
- Lei nº 8.078/1990. Código de Defesa do Consumidor
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- 10.406/2002 Código Civil
- 12.737/2012 - Carolina Dieckmann
- Decreto 2.848/194 - Código Penal
- Decreto 7.962/2013 – Comércio Eletrônico

DÚVIDAS SOBRE PRIVACIDADE

Questionamento ou dúvida com relação à Política de Privacidade qualquer prática descrita aqui, entre em contato conosco:

Endereço: Av. Civit , 497, Civit I Serra – ES CEP 29168045. CNPJ 03.845.190/0001-36. E-mail: dpo@novaforma.com.br

Thiago Portugal

Oficial de Proteção de Dados Pessoais
Consultor e Auditor em LGPD
TPS CONSULT

Wendel Babilon

Oficial de Proteção de Dados Pessoais
Consultor e Auditor em LGPD
WOB Auditoria e Consultoria em LGPD

A Novaforma prevê a responsabilidade dos agentes que atuam nos processos de tratamento de dados, em conformidade com os arts. 42º ao 45º da LGPD e se compromete em manter este Aviso de Privacidade atualizado, observando suas determinações e zelando por seu

novaforma	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

cumprimento. Além disso, também assume o compromisso de buscar condições técnicas e organizacionais aptas a proteger todo o processo de tratamento de dados.

TEMPO DE PERMANÊNCIA: Art. 15º, Art. 16º, Art. 40º

Os dados serão mantidos enquanto relevantes ou para fins de segurança, proteção e integridade. Após o período em que os dados pessoais não precisem permanecer armazenados, estes serão excluídos de nossas bases de dados ou anonimizados, respeitando as hipóteses legalmente previstas no art. 16º da LGPD. Isto é, informações pessoais que sejam necessárias para o cumprimento de determinações legais, judiciais e administrativas e/ou para o exercício do direito de defesa em processos judiciais e administrativos serão mantidas, apesar da exclusão dos demais dados

FORO

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela comarca/seção judiciária de Serra, Espírito Santo.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Vale ressaltar que a LGPD, em linha com o princípio constitucional do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CF/1988)¹², indica a possibilidade de defesa dos interesses e direitos das pessoas titulares em juízo, individual ou coletivamente, conforme preconiza o art. 22

3. VERSÃO E DATA DO DOCUMENTO

A Novaforma se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às melhorias, seja pela retirada ou modificação daquelas já existentes

Versão	Data	Autor	Aprovação	Comentários
01	20/08/2024	Oficial de proteção de dados pessoais (DPO)	Comitê - LGPD	Primeira versão
02	25/08/2024	Oficial de proteção de dados pessoais (DPO)	Comitê - LGPD	Como Coletamos os dados / Acesso ANPD – Direitos / Controlador Conjunto

	AVISO DE PRIVACIDADE		<i>AP-001</i>
			<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA		Revisão: 26/09/2024

03	29/08/2024	Oficial de proteção de dados pessoais (DPO)	Comitê - LGPD	Obrigações dos fornecedores
04	29/09/2024	Oficial de proteção de dados pessoais (DPO)	Comitê - LGPD	Compartilhamento de Dados
05	07/11/2024	Oficial de proteção de dados pessoais (DPO)	Comitê - LGPD	Controladoria em Conjunto

DA RESPONSABILIDADE

A Novaforma prevê a responsabilidade dos agentes que atuam nos processos de tratamento de dados, em conformidade com os arts. 42 ao 45 da LGPD.

E se compromete em manter este Aviso de Privacidade atualizado, observando suas determinações e zelando por seu cumprimento. Além disso, também assume o compromisso de buscar condições técnicas e organizacionais aptas a proteger todo o processo de tratamento de dados.

Qualquer pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado que tenha interação em qualquer fase do tratamento de dados pessoais deve garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais, mesmo após o término do tratamento, observando as medidas técnicas e administrativas determinadas pela organização.

A responsabilidade pelas decisões relacionadas ao tratamento de dados pessoais é da Novaforma que no exercício das atribuições típicas de controlador determina as medidas necessárias para executar a Política de Proteção de Dados Pessoais dentro de sua estrutura organizacional.

São atribuições do Controlador:

- I. Observar os fundamentos, princípios da privacidade e proteção de dados pessoais e os deveres impostos pela LGPD e por normativos correlatos no momento de decidir sobre um futuro tratamento ou realizá-lo;
- II. Considerar o preconizado pelos art. 7º, art. 11 e art. 23 antes de realizar o tratamento de dados pessoais;

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PÚBLICA	Revisão: 26/09/2024

- III. Cumprir o previsto pelos art. 46 e art. 50 da LGPD buscando à proteção de dados pessoais e sua governança;
- IV. Indicar um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, divulgando a identidade e as informações de contato do encarregado de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio institucional.
- V. Elaborar o inventário de dados pessoais a fim de manter registros das operações de tratamento de dados pessoais;
- VI. Reter dados pessoais somente pelo período necessário para o cumprimento da hipótese legal e finalidade utilizadas como justificativa para o tratamento de dados pessoais;
- VII. Criar e manter atualizados os avisos ou políticas de privacidade, que informarão sobre os tratamentos de dados pessoais realizados em cada ambiente físico ou virtual, e como os dados pessoais neles tratados são protegidos;
- VIII. Requerer do titular a ciência com o termo de uso para cada serviço ofertado, informatizado ou não, que trate dados pessoais.

Qualquer fornecedor de produtos ou serviços, que por algum motivo, realiza o tratamento de dados pessoais a eles confiados, são considerados operadores e devem seguir as diretrizes estabelecidas nesta política.

São atribuições do operador:

- I. Observar os princípios estabelecidos no Art. 6º da LGPD, ao realizar tratamento de dados pessoais.
- II. Seguir as diretrizes estabelecidas pelo controlador;
- III. Antes de efetuar o tratamento, verificar se as diretrizes estabelecidas pelo controlador cumprem os requisitos legais presentes nos art. 7º, art. 11º e art. 23º da LGPD;

É proibida a decisão unilateral do operador quanto aos meios e finalidades utilizados para o tratamento de dados pessoais.

	AVISO DE PRIVACIDADE	AP-001
		Versão: 04
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

4. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

O Usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar serviços da Novaforma.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Este deve manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento. O usuário da Plataforma é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados a Novaforma, a qualquer outro usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto neste Aviso de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso à Internet, ao sítio e/ou Aplicativo. O usuário não deve interferir, comprometer ou interromper o serviço, ou os servidores ou redes conectadas ao serviço, inclusive por meio da transmissão de qualquer *malware*, *worm*, vírus, *spyware*, ou qualquer outro código de natureza destrutiva ou perturbadora. O usuário não pode inserir conteúdo ou códigos, ou, de outra forma, alterar ou interferir na maneira como a página do serviço é exibida ou processada no dispositivo do usuário.

A Novaforma **NÃO** poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do dispositivo de acesso do usuário ao serviço;

	AVISO DE PRIVACIDADE	<i>AP-001</i>
		<i>Versão: 04</i>
	Classificação : PUBLICA	Revisão: 26/09/2024

- d. Proteção das informações baseadas nos dispositivos de acesso dos usuários;
- e. Abuso de uso dos dispositivos de acesso dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do dispositivo de acesso dos usuários;
- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro;

O uso comercial das expressões utilizadas em aplicativos como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, assim como os programas, bancos de dados, redes, arquivos que permitem que o usuário acesse sua conta estão protegidos pelas leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

Ao acessar o sitio eletrônico, os usuários declaram que irão respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço. O simples acesso ao serviço não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis.

A reprodução de conteúdo descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os usuários adquiram qualquer direito sobre esses conteúdos.

Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço.